

Um naturalista imaginando o futuro – Saint Hilaire e o Sertão Cerrado do Brasil

Un naturalista imaginando el futuro – San Hilaire y el Sertão Cerrado de Brasil

Un naturaliste imagine l'avenir – Saint- Hilaire et le Sertão Cerrado du Brésil

Eurípedes A. Funes
Universidade Federal do Ceará
eufunes@terra.com.br

Resumo

O presente texto é uma reflexão sobre as narrativas do naturalista Saint-Hilare sobre a paisagem do cerrado, quando de passagem por Goiás em 1819. Em sua visão utilitarista preconizou a agricultura como saída para a crise econômica que a província atravessava. Ao mesmo tempo, em que deparou com a prática da queimada para o plantio, afirmou não estar longe o tempo em que os brasileiros iriam lamentar a extinção total de suas matas. Prenúncio de um porvir.

Palavras-chave: Viajante, Cerrado, Goiás

Resumen

El presente texto es una reflexión sobre las narrativas del naturalista Saint-Hilare sobre el paisaje del cerrado, al pasar por Goiás en 1819. En su visión utilitaria hizo hincapié en la agricultura como una forma de salir de la crisis económica que la provincia estaba atravesando. Al mismo tiempo, cuando se enfrentó a la práctica de la quema para la siembra, dijo que el momento en que los brasileños lamentarían la extinción total de sus bosques no estaba lejos. Prenuncio de un futuro.

Palabras Clave: Viajero, Cerrado, Goiás

Résumé

Il s'agit d'une réflexion sur les récits du naturaliste Saint-Hilaire sur le paysage du cerrado, lors de sa traversée par la province du Goiás, en 1819. Ayant un regard utilitariste il prônait l'agriculture comme moyen de sortir de la crise économique que traversait la province. Dans le même temps face à la pratique du brûlage pour la plantation il a affirmé que bientôt les Brésiliens déplorerait la manque de leurs florêts. Un signe de prenuce d'un avenir.

Mots-clè: Voyageurs, Cerrado, Goiás.

A palavra sertão possuía inúmeros significados: sertão distante; sertão ermo; sertão violento. Um lugar distante. Espaço do desconhecido onde a civilização não chegara. Espaço do incivilizado, da barbárie, das práticas políticas violentas e personalistas, das reações místicas e fanáticas de uma população inculta, dada ao vandalismo. O sertão era o deserto, lugar vazio de gentes e de culturas. São significados construídos a partir do ponto de vista dos colonizadores, em especial daqueles que forjaram riqueza e poder através da exploração intensa do trabalho. Na visão dos que acumulam riquezas desta forma produzidas – a *plantation*, a fábrica, o agronegócio, as grandes corporações – o sertão é o outro, a sua negação, o seu reverso.

Espaços sem definição de territorialidades, onde se configuram tensões e alianças entre segmentos sociais distintos, onde as sociedades nativas se afirmam, ainda mais, como o Outro frente ao adventício, em especial quando se tem fronteiras móveis, de passagens. Espaços de cruzamentos e mobilidades pluriétnicas, onde se gestam novas territorialidades, identidades e modos de vida que qualificam as sociedades sertanejas, edificadas por uma multiplicidade de homens e mulheres que ganham cores e almas na escrita da história.

Sertão objeto de múltiplas interpretações, no diálogo interdisciplinar, sob a multiplicidade de olhares, associados à construção da Nação, do Estado, e à conquista da natureza, sublimada pela história ambiental. Lugares que “requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, cultura e da política.” (SANTOS, 1996, p.191). Com o sertão cerrado não foi diferente.

O cerrado brasileiro, em particular o centro-oeste, hoje se configura como o celeiro do país. O agronegócio e a agroindústria fazem girar a máquina do setor produtivo, estruturado no latifúndio e fundamentado na pecuária de corte, na lavoura extensiva de algodão, cana-de-açúcar (etanol) e, em especial, da soja. Para fazer girar esta máquina os impactos ambientais são incalculáveis. Este bioma, um dos primeiros a se constituir na Pangeia moderna, é, também, o menos conhecido em razão das grandes transformações operadas pelas ações antrópicas e a ausência de políticas voltadas para a preservação deste ecossistema.

Um cerrado moderno que faz lembrar as narrativas do naturalista francês August François César Provençal de Saint-Hilaire, quando de sua passagem por Goiás - de maio a setembro de 1819,¹ ao mesmo tempo em que lamentava ter que deixar o Brasil, fez um exercício de imaginação sobre leituras que poderiam ser feitas de suas narrativas, referentes àquela Província, podendo pairar uma incredulidade sobre o que ele teria visto e narrado. (SAINT-HILAIRE, 1975)

Saint-Hilaire entrou em Goiás pelo registro de Arrependidos, vindo das “Geraes”, e depois de subir uma serra, diz ele: “achei-me num planalto imenso, deserto e bastante regular, coberto ora por pastagens naturais salpicadas de árvores raquíticas, ora exclusivamente de gramíneas, de algumas outras ervas e de subarbustos.” Imensas chapadas, topo

¹ August François César Provençal de Saint-Hilaire - Veio ao Brasil em 1816, permanecendo na colônia até o ano de 1822.

de planaltos, paisagens que impressionaram, e às vezes desorientavam viajantes como este naturalista, que ao sair de Santa Luzia, rumo a vila de Corumbá, após percorrer nove léguas em dois dias nesse vasto sertão, confessou - “não sei dizer se foi no sentido de seu comprimento ou de sua largura.” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.22). Uma sensação que nos faz lembrar o naturalista Von Martius, que recorreu a Goethe para expressar suas inquietações frente ao serrado mineiro, diz o poeta: “Mas porém quem é ele?/ Entre os arbustos perde-se o seu rastro./ Atrás dele fecham-se/ Os arbustos/ As hastes da grama erguem-se novamente/ O vazio o engole. (Martius, In KURY, 2001, p.869-870)

Neste vasto planalto onde estão os marcos fundacionais de Brasília, símbolo da modernidade e da grande marcha para o Centro Oeste, cruzavam importantes estradas coloniais estabelecidas no processo de ocupação da parte central da América Portuguesa. Uma delas, de 2.800 quilômetros, partindo de Salvador cortando o sertão baiano entrava em Goiás, passando por Santa Luzia, Meia Ponte, Vila Boa, seguindo para as minas de Cuiabá e de lá para Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital de Mato Grosso. Outra, que ligava o Rio de Janeiro a Belém, capital do Grão-Pará. Com 3.5000 quilômetros, cortava o sertão mineiro, entrava em Goiás pelo registro de Arrendidos, seguindo para o norte, pela Chapada dos Veadeiros, saindo no Piauí, por Corrente, uma região hoje conhecida por MATOPIBA², passando por Pastos Bons no Maranhão, e de lá alcançava a região bragantina no Pará e por fim Belém, já em plena floresta Amazônica. (LEONARDI, 1996:316).

Caminhos que cortavam o sertão cerrado do planalto central, onde os homens se sentem diminutos mesmo diante de suas florestas anãs, com suas árvores “raivosas”, com encantos peculiares e um esplendoroso pôr do sol. Sertão da imensidão onde “*Distâncias somavam a gente para menos*”. Como disse o grande poeta Manoel de Barros. (BARROS, 2010)

Uma imensa fronteira em movimento. Falar sobre esta fronteira, na perspectiva da história social e ambiental, é remeter à história do Outro – daquele que na resistência às formas de dominação, de desterritorialização e exclusão social, forjara sua história. Chave de leitura sobre a interiorização do Brasil, que em seu nascedouro era uma faixa litorânea e tudo o que estava a oeste era sertão. Um mundo estranho, difuso, desolado, representado na cartografia de época, século XVIII, como *Brasilis Barbarium*, terra dos Tapuyas.

De acordo com José de Souza Martins,

A fronteira de modo algum se reduz à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo *fronteira do humano*. Nesse sentido, tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque

² Região constituída nos limites dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. (MARTINS,1997, p.13).

São fronteiras que sobrepõem fronteiras. Indígena (expansão guaraníca), missioneira, pecuária, agrícola, e o agronegócio, que domina, destrói a natureza e populações nativas e rebeldes.

Paradoxalmente, ora pensado como circunscrito, ora como possibilidade quase infinita de expansão, o sertão foi sempre fronteira em movimento: às vezes movendo-se lentamente, outras de forma acelerada pela infraestrutura do progresso e da modernidade. (AB’SABER,2003). Assim, há aqueles que permanecem no sertão, ou a ele retornam, e outros que ali chegam movidos pelo imperativo do capital, fazer a vida em uma terra limpa de: matos, bichos, índios e posseiros - vândalos sem terras. Alguns destes componentes “feios” são abatidos a bala, a vegetação se mata com a coivara - derruba e queima. Um sistema recorrente de limpar áreas para cultivo, que acontece no período entre chuvas.

Saint-Hilaire, que ali esteve num período de seca, saindo de Vila Boa rumo a Meia Ponte, percebeu que todos os pastos que atravessou depois do rio Uru, já em área do mato grosso goiano, diz:

havia sido queimados recentemente. O fogo tinha crestado as folhas das árvores, e uma cinza preta cobria a terra. À exceção das capoeiras, não se via o menor sinal de verde em parte alguma e, no entanto, o céu nessa região é de um azul tão luminoso, e a luz do sol tão brilhante, que apesar de toda nudez a natureza é ainda bela. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.95).

Nas áreas não plantadas, ou abandonadas depois de alguns períodos de cultivo, logo começa a nascer entre cinzas, no lugar das matas, uma vegetação configuradas nas capoeiras, e a formação de pastos “naturais” de capim gordura, também chamado de catingueira, “que pode ser incluído entre as plantas que seguem os rastros do homem.” (idem)

Antes de deixar Goiás, o viajante naturalista, fez o registro de outra cena de queimada:

No meio da mata que margeia o Paranaíba tinham sido cortadas as árvores numa extensão de alguns hectares, para aí ser feita uma roça. Conforme o costume, havia sido ateado fogo aos troncos abatidos, e o fogo se propagou pela mata. Vi árvores gigantescas, queimadas pela base tombarem com estrondo, arrastando em sua queda as que ainda não tinham sido atingidas pelas chamas. Dessa maneira, em troca de alguns alqueires de milho, os agricultores arriscam por sua imprevidência destruir uma floresta inteira. E não está longe o tempo em que os brasileiros irão lamentar a extinção total de suas matas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.124).

Herdeiro de concepções utilitaristas da natureza, providas do Iluminismo Saint-Hilaire acreditava que somente através da civilização se poderia tirar proveito dos recursos

naturais. “Apesar de considerar Goiás como uma província em que não encontrou sinais de civilização, projeta, para um futuro distante, um quadro no qual reinaria o progresso com a implementação de atividades agrícolas.” O autor expressa um pensamento que será recorrente em toda a sua narrativa sobre Goiás, que é a crença na passagem de um estágio “precário” da situação vigente a um outro, que imagina ser o desejado, uma sociedade civilizada, apta a explorar todos os seus recursos naturais. Sugere um futuro radiante para Goiás devido à grande extensão de terras da província, aptas à agricultura e à pecuária, ao mesmo tempo, expressa o desejo de ver aquela vegetação transformada em campos cultivados. (MARTINS, 2017) Estas “prédicas” ficam expressas já no prefácio de seu livro. Diz ele:

Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras (...) ficarão surpreendidas ao verificarem que, nos locais onde erguerão então cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferiam das choças dos selvagens; que onde estarão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana de açúcar, e de algumas árvores frutíferas, o que haviam eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil. Diante dos campos cortados por estradas de ferro, e talvez mesmo por veículos mais possantes do que nossas locomotivas de hoje, as gerações futuras sorrirão ao lerem nos livros que houve um tempo em que o viajante podia considerar-se afortunado quando conseguia percorrer, numa jornada, quatro ou cinco léguas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.14).

Prenúncio do que estava por vir; que dá conta do futuro prognosticado para o vasto e distante sertão, tomado até então como símbolo do atraso, e vocacionado ao moderno, a agropecuária.

O primeiro governador provincial a se preocupar com o estado em que se encontrava a agricultura goiana foi D. José de Almeida Vasconcelos (1770-1778), principalmente após tomar consciência do pleno declínio da atividade mineradora. Por sua vez, ao assumir o governo de Goiás em 1804, D. Francisco de Assis Mascarenhas adotou a política de valorização da agricultura associada à ideia de estimular a navegação para o Pará. Diante da situação econômica em que se encontrava a capitania, seria um erro, em sua opinião, ocupar a mão-de-obra existente em outras atividades que não fosse agricultura, já que a mineração estava em franca decadência. Afirmou ele, ser a agricultura

(...) inexaurível fonte de riqueza dos Estados, ela dará aumento considerável a esta capitania logo que se facilite a exportação de seus efeitos pelos rios. (...) Contudo, apesar destas bem fundamentadas esperanças, será minha opinião abandonar inteiramente agora os trabalhos de mineração, e que o ministério sem desprezar a classe dos

mineiros, deve proteger a dos lavradores e comerciantes da carreira do Pará. ⁽³⁾

Em seu último ano de governo Mascarenhas adotou uma medida radical que marcou profundamente mudança esperada na economia goiana: proibiu a saída de roceiros para as minas de Anicuns, a última rentável descoberta em Goiás. Pelo edital publicado em 20 de abril de 1809 só poderia se deslocar para a nova região mineradora, o roceiro que deixasse suas plantações em boas condições e o solo preparado para o cultivo, isto após justificar perante o comandante, da vila a que pertencia, o motivo pelo qual se dirigia às mencionadas minas. Portanto, a situação se invertia. Se antes não se podia praticar a agricultura em região de mineração, agora, era proibido abandonar a lavoura em função da atividade mineradora. Se em 1804 o ouro ainda era o elemento que garantia a maior arrecadação na Província, os ecos da fisiocracia se faziam sentir nos sertões goianos. (PALACIN, 1972)

Apesar da propalada fertilidade do solo goiano, após o fracasso da mineração, a região tornou-se a mais pobre “que se pode considerar de nossa América.” ⁽⁴⁾ Segundo Manoel Ignácio Sampaio (1821) em consequência da posição geográfica de Goiás “... é a criação de gado que se deve promover de preferência a todo e qualquer gênero da agricultura. Opinião reforçada de maneira enfática pelo governador José Rodrigues Jardim (1834) que via vantagens na criação do gado; a sua duplicação anual sem grandes trabalhos, e o fato de que o gado, por se auto conduzir “vai buscar a moeda para a província”.⁵ De acordo com Saint-Hilaire,

É a criação de gado que constitui atualmente fonte renda mais segura dos fazendeiros de Santa Luzia, mas nem por isso são grandes os lucros obtidos, não só porque eles precisam dar sal aos animais se quiserem conservá-los mas principalmente porque as fazendas ficam distantes demais dos mercados que poderiam compra-los. O gado é conduzido a Bambuí e Formiga, muitos distantes dali, onde seus proprietários são forçados a vendê-lo pelo preço que lhes é oferecido. Semelhante viagem só pode ser empreendida por fazendeiros que dispõem de algum recurso. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.26-27).

Um dos maiores custos para o criatório era com o sal. Elemento de fundamental importância para o gado não lhe era fornecido, mesmo nas áreas salitrosas próximas aquelas mineradoras. “O sal só é dado ao gado muito raramente, e apenas com o intuito de fazer com que os animais aprendam a conhecer a casa do dono.” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.90)

³ Arquivo Histórico de Goiás. *Edital pelo qual se dão algumas providências sobre os roceiros que abandonarão as suas lavouras para se dedicarem a mineração do novo descoberto (sic) de São Francisco de Assis.* Caixa 008.

⁴ Arquivo Nacional (NA) Francisco Rodrigues Barata. *Memória sobre a agricultura e comércio de Goiás.* Cod. 807, vol. 10, p. 70, (1806)

⁵ AHG – Livro de correspondência com autoridades de fora da Província. *Offício do governador da Capitania, Manoel Ignácio Sampaio a Thomas Antônio Villa-Nova Portugal.* 14-04-1821.

As fronteiras agrícolas de Goiás estavam abertas e os antigos caminhos traziam outros bandeirantes não mais em busca de ouro, mas, sim de terras. Ao longo da segunda metade do século XIX e no século seguinte, fronteiras agrícolas se expandem e a marcha para o oeste se torna meta de consolidação integracionista. Há uma redescoberta da fertilidade das terras dos vales úmidos e o incremento do negócio da terra. Ademais, no processo de integração do sertão do planalto central ao projeto de nação que se desenhou, com a emancipação política da América portuguesa, as estradas se configuram como fios que alinhavam o centro do Império às regiões políticas e economicamente hegemônicas, incorporando padrões modernos que terminariam abafando as ditas arcaicas estruturas sociais e econômicas. (LIMA, 2013; AB’SABER, 2033)

Além de trabalhadores cativos, este ambiente foi vivenciado por moradores, meeiros, peão de estrada, ou do trecho, e peão de boiadeiro, que marcaram as relações de trabalho, em sua maioria não capitalista, essenciais para fazer mover a economia baseada na agricultura e pecuária. Homens que sabiam manejar com destreza uma enxada, a foice, uma carpideira, guiar um carro puxado por boas juntas de bois de guia e manusear as rédeas de um bom cavalo para conduzir as boiadas, em comitiva, ao som do berrante. Hoje se têm o “peão *hig-thec*” para manusear os computadores das grandes máquinas imprescindíveis ao mundo da agroindústria e os “treminhões” que conduzem a cana e bois. Não é qualquer peão que tange estas máquinas, têm que ser qualificado. O outro é o desqualificado, descartável, neste novo cenário em que tecnologias de cultivo, indústria e negócios transformaram, e transformam, a paisagem do cerrado, e, por conseguinte, os diversos ecossistemas que constituem este imenso bioma brasileiro.

Os cantos dos pássaros, o coaxar dos sapos e as “terras cobertas por uma exuberante vegetação, mas inútil”, segundo Saint-Hilaire, vão cedendo lugar às grandes pastagens, às lavouras extensivas locomotivas do agronegócio. Torna-se outra a paisagem.

O AGRO deixa de ser cultura, se torna Negócio

A paisagem do cerrado se transforma em outra. Se Anhanguera não queimou as águas, seus sucessores iniciaram o processo de envenenamento deste bem natural, hoje agravado pelos homens do agronegócio através do uso intensivo de agrotóxicos na busca de uma maior lucratividade. Fica claro que é impossível uma conciliação entre a lógica do capitalismo predatório do meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável. Os desafios estão postos e a natureza indaga que fim terá esta história.

Hoje pensar a relação natureza e cultura se coloca como desafio para nós historiadores no século XXI. É imprescindível compreender, e fazer entender, que homem e natureza formam um conjunto indissociável, interdependente, cujos comportamentos refletem-se mutuamente. É necessário integrar a aparente dicotomia homem/natureza num quadro de referência histórica mais vasto. O bom e velho Marx já ensinava que;

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza

significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é parte dela. (Marx in FOSTER, 1999, p.165).

Historicamente, neste sentido, há uma certeza constituída – ao matar a natureza, o homem mata a si mesmo.

Os impactos ambientais causados ao longo dos séculos, em especial pelo agronegócio, são praticamente irreversíveis. Ao transformar a epiderme da paisagem do cerrado arrancam seus pelos substituindo-os por outros; rasgam as veias da natureza, não só em busca de metais, mas, dos lençóis freáticos, da água necessária às grandes lavouras irrigadas e utilizam, em larga escala agrotóxicos, que eliminam pragas, mas, também, pássaros e outras espécies nativas do cerrado. Seus habitats são destruídos. O universo dos encantados que tanto mexeu com o imaginário sertanejo desaparece. A água que não foi “queimada” por Anhanguera, é cada vez mais contaminada. As áreas molhadas são secas pela monocultura do eucalipto, uma planta alienígena ao sertão, que vai ocupando os lugares das árvores símbolos do cerrado como o ipê roxo, amarelo, branco e o buritizeiro, palmeira que alimenta o homem, o gado e as aves que nele fazem suas moradas. E o eucalipto alimenta e abriga quem? É um verde estéril, como estéril vai se tornando a paisagem do sertão, então cerrado.

Há de se considerar que a frente do agronegócio para o oeste fechou. Mas, como o tempo não para; a história não tem fim, o círculo não se fecha, árvores continuam a tombar ao som dos tratores de esteira e a terra a arder no enlaçar do fogo rumo ao norte, que está para além do cerrado. Há, a partir do início da década de 1970, um círculo de fogo que se fecha sobre a Amazônia, a partir do cerrado do centro oeste brasileiro. Hoje ali há um outro círculo que se forma - o das hidrelétricas.

A partir das últimas décadas do século XX,

as regiões Centrais e da Amazônia Oriental (MA e PA) e a do MATOPIBA, mudaram do ponto de vista da organização humana, dos espaços herdados da natureza, incorporando padrões modernos que abafaram, por substituição parcial, velhas e arcaicas estruturas sociais e econômicas. Essas mudanças ocorreram, principalmente, devido à implantação de novas infraestruturas viárias e energéticas, além da descoberta de impensáveis vocações dos solos regionais para as atividades agrárias rentáveis. (AB’SABER, 2003, p. 35).

É o espaço de grandes deslocamentos populacionais. Os que chegam vindos de outros sertões, outras paragens, e aqueles que saem do campo e migram para os povoados que brotam e logo se tornam centros urbanos, transformando o campo cerrado do, então dito vazio, Brasil Central.

O que diria aquele naturalista francês se voltasse hoje ao sertão cerrado do Brasil central, duzentos anos depois de sua passagem por Goiás em 1819??

Aos olhos das corporações financeiras, da política desenvolvimentista implementada pelo Estado, empresas nacionais e multinacionais do agronegócio o interior deste

vasto Brasil, continua a ser um “desertão” humano, com vasta natureza selvagem, e terra livre a espera das máquinas do progresso. As sociedades indígenas e quilombolas, os movimentos organizados como o das quebradeiras de coco, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e, em especial o Movimento dos Sem Terra (MST), continuam a ser o Outro. Ditos vândalos aos olhos dos aparatos do Estado e das grandes corporações, que monopolizam terras e águas.

Ao falar de água abro minhas últimas considerações.

O grande feito sobrenatural dos Anhangueras ao chegarem, no século XVII, foi ameaçar “queimarem” as águas, se os indígenas não lhes revelassem onde estavam as minas de ouro, naquele sertão ainda não chamado goiano. Sem água, bem sagrado da natureza, quem sobrevive? Provavelmente os gentios apontaram para vários lados, inclusive os rios, onde o ouro foi mais abundante nas lavras goianas. Se os Anhangueras não queimaram as águas, seus sucessores iniciaram o processo de envenenamento deste bem natural, hoje agravado pelos homens do agronegócio através do uso intensivo de agrotóxicos na busca de uma maior lucratividade. Fica claro que é impossível uma conciliação entre a lógica do capitalismo predatório do meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável. Os desafios estão postos e a natureza indaga que fim terá esta história.

Neste tempo presente em todos os continentes há uma guerra entre nações, Estados. Mas também conflitos e disputas por petróleo, e, em especial, pela Água. Questionamos, e com razão a entrega do pré-sal, mas não estamos bem atentos a um crime maior que pode vir a ser concretizado, pela camarilha política, golpista, comprometida com as grandes corporações, a possível entrega do aquífero Guarani, sendo a coca-cola a principal interessada no negócio.

A água, não pode ser transformada em uma *commodite*, ou um produto comercial, pois estabelecer uma atitude puramente econômica em relação à água é a maneira mais acertada para o fracasso (WOSTER, 2008). Esses choques entre distintas culturas da água estão ocorrendo em todas as sociedades. Se trata de um choque entre culturas muito distintas:

uma cultura que entende a água como elemento sagrado cujo consumo é um dever para a manutenção da vida, e outra que considera a água uma mercadoria, e sua propriedade e comércio um lugar de disputa das empresas. A cultura da mercantilização está em guerra com as diversas culturas que querem compartilhar, que querem receber e dar a água como dom gratuito. (SHIVA, 2004, p.10).

Um bem cada vez mais estratégico e escasso; a água está se tornando cada vez mais uma “mercadoria”, sendo um dos grandes desafios da soberania alimentar. Enquanto Estados e o setor privado brigam pela posse do petróleo, corporações mais astutas estão se concentrando no controle do acesso das águas e suas nascentes. O sertão brasileiro é afetado por esta guerra. Um dos exemplos no qual a água foi pensada em termos puramente econômicos está no desenvolvimento da agricultura irrigada através do controle dos rios e a contaminação das águas pelos agrotóxicos. Está em curso uma anunciada morte

social dos rios. “Ninguém pode morrer de sede nas margens de rio nenhum. A sociedade tem que lutar pela vida. E a luta é essa.”⁶

Não se trata aqui de uma “declensionist narrative”, “decadencista”, (MCNEILL, 2005, p. 19) ou de uma história moral, mas, de uma narrativa atenta às escutas das vozes dos que vivem os confrontos e sentem os crimes ambientais. Afinal cabe deixar uma inquietação: qual a moral desta história?! Estranho progresso desigual que mata homens, árvores e rios.

Que história queremos? Talvez numa visão cosmológica, mítica, onde o sujeito se perceba como parte de um todo em que o humano e o não humano se integram, interagem. Desenvolver, produzir, mas ao mesmo tempo cuidar. Aquela onde o homem se sente diminuto mesmo diante de florestas anãs, com suas árvores “raivosas” e matas de buritis Sertões da imensidão onde “Distâncias somavam a gente para menos”. Onde homem e natureza imbricavam em sentimentos, desejos, e saudade, como bem diz Manoel de Barros:

A natureza avançava nas minhas palavras tipo assim: O dia está frondoso em borboletas. No amanhecer o sol põe glórias no meu olho. O cinzento da tarde me empobrece. E o rio encosta as margens na minha voz. Essa fusão com a natureza tirava de mim a liberdade de pensar. Eu queria que as garças me sonhassem. Eu queria que as palavras me gorjeassem. Então comeci a fazer desenhos verbais de imagens. Me dei bem. (BARROS, 2010, p.7).

No entanto, como diz um sábio sertanejo cearense da serra do Machado: "As coisas num é como se pensa é como se dá". Se o futuro é para sempre; que futuro nos aguarda?

Referências

AB'SABER, A. *Os Domínios de Natureza no Brasil* – potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARROS, M. de. *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.

FOSTER, B. *Marx e o meio ambiente*. In: WOOD, Ellen; FOSTER, B. Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 161-174.

FUNES, E. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária.*, Goiânia: EdUFG, 1986

FUNES, E. Sertão Cerrado. In. SILVA, Sandro Dutra, et alii, *Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. PUC, 2013, p. 125 – 142.

⁶. Fala de uma manifestante contra o sistema de captação da água, em alta escala, do rio Arrojado para irrigação de grandes projetos agrícolas na região de Correntina – Ba, dezembro de 2017. Em 2017 segundo a Comissão Pastoral da Terra, CPT, no Brasil ocorreram 172 conflitos pela água.

- KURY, L. *Viajantes* – naturalistas no Brasil oitocentista: experiências, relatos e imagem. In *História, Ciências e Saúde*. Vol. VIII (suplemento). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p 863 – 880.
- LEONARDI, V. *Entre Árvores e Esquecimentos, história social do sertão*. Brasília: Paralelo 15, 1996
- LEONEL, M. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LIMA, T. Nisia. *Um sertão chamado Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.
- MARTINS, M. F. *Saint-Hilaire em Goiás: ciência, Viagem e missão civilizatória*. Brasília: UNB. Tese de doutorado em arquitetura e Urbanismo, 2017.
- MARTINS, J. S. - *Fronteira* – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MCNEILL, J. R. *Naturaleza y Cultura de la Historia Ambiental*. In. *Nómadas*, vol. 13, N. 25, Colômbia: Universidad Central, abril de 2005, p.11 a 25.
- PALACIN, L. *Goiás 1722-1822 - Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1972.
- SAINT-HILARIE, A. de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITC, 1996
- SHIVA, V. *Las Guerras del Agua* - contaminación, privatización y negocio. Barcelona: Icaria, 2004.
- WORSTER, D. *Pensando como um rio*. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). *A natureza dos rios: História, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p.27-46.

Eurípedes Antônio Funes

Professor integrante do Programa de Docentes Voluntários da Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em História. Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás; Mestre pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade de São Paulo. Integrante do grupo de pesquisa História, Memória, Natureza e Cultura. Membro da Rede Iberoamericana Resistência y Memória (RIARM).

Av. da Universidade 2762, Benfica, Fortaleza.

E-mail: eufunes@terra.com.br

Recebido para publicação em maio de 2020
Aprovado para publicação em julho de 2020